


A educação brasileira no movimento da história: caminhos e desdobramentos

Maria Luiza Barbosa Araújoⁱ 

E.E.F. Rita Barbosa Marques, Quixelô, CE, Brasil

Robério Rodrigues Feitosaⁱⁱ 

Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza, CE, Brasil

Maria Márcia Melo de Castro Martinsⁱⁱⁱ 

Universidade Estadual do Ceará - UECE, Fortaleza, CE, Brasil

1

Resumo

Objetiva-se tecer um diálogo sobre a educação brasileira no movimento da história, de forma a compreender e elucidar os principais caminhos vivenciados desde a chegada dos jesuítas às terras brasileiras até o final da década de 1990, e quais os desdobramentos desses eventos históricos para a sociedade, destacadamente para o campo da educação pública. A pesquisa aqui exposta trata-se de um estudo de cunho bibliográfico, de abordagem qualitativa, revelando neste sentido que a educação brasileira, no referido período, enfrentou diversos impasses na luta por direitos essenciais a toda a sociedade, tendo experimentado desdobramentos, ora positivos, ora negativos. Ante o exposto, consideramos que a educação precisa ser tratada como prioridade social e que as lutas realizadas pelos que acreditam ser a educação uma mediação fundamental no processo de transformação da sociedade é imprescindíveis.

Palavras-chave: Educação. Sociedade Brasileira. Determinações Históricas. Reprodução Social.

Brazilian education in the movement of history: paths and mismatches

Abstract

The objective is to weave a dialogue about Brazilian education in the movement of history, in order to understand and elucidate the main paths and mismatches experienced by this education, from the arrival of the Jesuits to Brazilian lands until the end of the 1990, and what are the consequences of these historical events for society, especially for the field of public education. The research presented here is a bibliographical study, with a qualitative approach, revealing in this sense that Brazilian education, in that period, followed many paths and faced several impasses in the struggle for essential rights to the whole society, having experienced several consequences, sometimes positive, sometimes negative. Given the above, we consider that education needs to be treated as a social priority and that the struggles carried out by those who believe that education is a fundamental mediation in the process of transforming society are essential.

Keywords: Education. Brazilian society. Historical Determinations. Social Reproduction.

1 Introdução

Compreender a educação brasileira é uma tarefa que requer, antes de tudo, tomá-la como particularidade do complexo da Educação, em seu sentido ontológico, isto é, como mediação para reprodução do ser social e, portanto, da sociedade, constituinte de uma totalidade histórica e concreta.

A educação brasileira é historicamente determinada por uma série de acontecimentos. De início, destaca-se dois: a chegada da Coroa Portuguesa ao Brasil, em 1500 e, mais tarde, em 1549, a dos Jesuítas, os quais resultaram na exploração e expropriação dos povos indígenas material e culturalmente (SAVIANI, 2007).

Segundo Bóris Fausto e Sérgio Fausto (1996), esses acontecimentos decorreram da expansão marítima portuguesa iniciada no século XV, que tinha o objetivo de ocupar e explorar mais espaços. Esta expansão decorre da transição da sociedade feudal para a de cunho capitalista, por meio da generalização das relações mercantis, do acúmulo de riqueza e terras, a qual, consoante Saviani (2013, p. 26), “[...] é dividida em classes com interesses antagônicos”.

Ainda em relação às determinações que constituíram a educação brasileira, destaca-se o fato de que, na seara legislativa educacional, dos anos de 1960 a 1990, a educação esteve regida por três distintas leis, sendo a última a que lhe assegurou mais direitos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de dezembro de 1996, com amparo na Constituição de 1988 (SAVIANI, 2007).

Ainda para o autor, em meio a essa trajetória, a educação brasileira foi objeto de influxos importantes do golpe militar de 1964. Após o fim do regime ditatorial, em meados dos anos de 1980, e em decorrência da redemocratização do País, mudanças foram introduzidas, via legislação, a exemplo da referida LDB 9.394/96, no modo de organizar o sistema educacional brasileiro, nos âmbitos da educação básica e do ensino superior.

Ante o exposto, questiona-se: quais as determinações históricas que marcaram a educação brasileira, considerando o período da chegada dos jesuítas à promulgação da LDB/1996? E quais desdobramentos esses determinantes acarretaram para a sociedade, especificamente, para a educação pública?

Partindo dessas inquietações, objetiva-se tecer um diálogo sobre a educação brasileira no movimento da história, de forma a compreender e elucidar os principais caminhos vivenciados, desde a chegada dos jesuítas às terras brasileiras até o final da década de 1990, e quais os desdobramentos desses eventos históricos para a sociedade, destacadamente para o campo da educação pública.

Sousa e Pereira (2020, p. 13) afirmam que “a educação deve nos subsidiar para almejarmos a autonomia e a transformação social, partindo do pressuposto que ela poderá nos dar suporte teórico para avançarmos nas discussões de classe [...]”. Neste sentido, destaca-se a relevância deste estudo, na medida em que explicita marcos legais fundamentais à educação brasileira, em especial à que se materializa na escola pública, contribuindo para o entendimento teórico-crítico acerca dos inúmeros descompassos que reverberam na educação brasileira, nos dias atuais.

3

2 Metodologia

A pesquisa aqui exposta trata-se de um estudo de cunho bibliográfico, de abordagem qualitativa (GIL, 2002). Os dados foram analisados de forma descritiva e interpretativa, buscando explicitar e interpretar de forma crítica-reflexiva os principais caminhos percorridos pela educação brasileira, desde a chegada dos jesuítas até o final da década de 1990, elucidando principalmente os desdobramentos desses marcos históricos para a educação pública brasileira.

3 Resultados e Discussão

A educação nacional está inserida no movimento da história do Brasil e, de acordo com Romanelli (1986), não é algo fácil conceituá-la, sobretudo quando consideramos a complexidade da nossa realidade e os períodos históricos vividos, ao que se acresce o fato de que ela sempre foi marcada por avanços e retrocessos. Por isso, refletir a educação num determinado contexto requer, antes, pensar o próprio contexto, pois a ação educativa sucede de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que está inserida.

Podemos, ainda, acentuar que a ação educativa é inerente à vida humana, pois o fato de os homens possuírem um metabolismo permanente com a natureza, dentro de uma realidade social e concreta, os faz transformar a realidade de acordo com suas necessidades e, na medida em que isso ocorre, eles se transformam. Com isso, educam-se e educam uns aos outros, com suporte na interação social. No âmbito dessa ação educativa, compreende-se uma educação, tanto no sentido lato, como no senso estrito (ROMANELLI, 1986).

Em se tratando especificamente do Brasil, este pertence a um conjunto de países cuja formação social se estruturou sob a influência de fatores externos. Para o território brasileiro foram transferidas muitas modalidades de organização econômica, política e social, características do mundo europeu, com a chegada dos portugueses, no século XVI, o que acarretou a imposição de costumes de uma cultura estrangeira, bem diferente, aos habitantes do Brasil, que viviam e praticavam uma educação de acordo com suas raízes e cultura, ou seja, uma educação na vida e para a vida, posta em prática em uma sociedade sem classes (SAVIANI, 2007).

Assim, historicamente, a educação brasileira experimentou imposições, continuidades e descontinuidades, sendo uma ruptura marcante a chegada dos portugueses às terras brasileiras, que, até aquele momento, eram povoadas por indígenas.

Saviani (2007) destaca a noção de que essa educação e essa cultura indígenas, além de interrompidas, tomaram novos rumos. Em 1549, chegou ao Brasil a Companhia de Jesus, com a missão de converter os indígenas à religião cristã e submetê-los ao domínio português, por meio da catequese, que os ensinava a ler, escrever e a contar. Em 1599, os Jesuítas reorientam o método de instrução por meio do *Ratio Studiorum*, documento constituído por 467 regras, com a finalidade de orientar o ensino, buscando uma formação uniforme para quem frequentava os colégios jesuíticos.

As atividades oferecidas à nobreza, no entanto, eram direcionadas pelos moldes europeus, ao passo que aos índios era oferecida a catequese. Durante 210 anos, habitaram o Território Brasileiro e, em 1759, foram expulsos por decreto do Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), pois este acusava a

companhia de padres de desrespeito, exploração e violação da liberdade dos índios, concorrência desleal com os interesses da Coroa portuguesa, dentre outros aspectos, embora tal medida não tenha resultado em avanços expressivos para a educação nas terras brasileiras (SAVIANI, 2007).

Passados os séculos XVI e XVII, no século XIX, especificamente em 1822, o Brasil tornou-se independente e uma monarquia escravista. Em 1824, foi promulgada a primeira Constituição do País, por D. Pedro I, a qual assinalou, em um de seus artigos, que o Brasil necessitava de uma legislação específica sobre instrução pública.

Em suma, a educação no século XIX expressou aspectos positivos e negativos, sendo afirmativas a institucionalização da escola e a formação de professores, em que esta formação passou a ser ofertada pelas escolas normais, sendo a primeira criada em 1835, em Niterói – RJ, com o intuito de formar professores para atuarem no ensino primário, no entanto, essas escolas funcionavam intermitentemente.

Como aspecto negativo, ou de descontinuidade, destaca-se o fato de o Estado não cumprir seu papel como deveria em relação aos investimentos na educação. Por exemplo, os recursos financeiros destinados à educação gravitavam ao redor de 1,99% do orçamento geral, além da exclusão de escravos, mestiços e brancos pobres do sistema educacional, enquanto os gastos com o serviço militar computavam mais de 20%. Toda essa realidade de investimento insuficiente e demais descasos relativos à educação repercutem, ainda, nos dias atuais (SAVIANI *et al.*, 2017).

Após extensas reformas educacionais, procedentes desde o século XIX, o século XX privilegiou uma das conquistas mais importantes da educação: a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), fruto indireto das incipientes industrialização e urbanização, em 1924, sendo esta composta por diversos educadores brasileiros que estavam à frente das lutas em prol da renovação do ensino nacional.

É importante frisar que, até o final dos anos de 1920, o ensino brasileiro foi organizado de maneira fragmentária pelas camadas dominantes, que visavam a alimentar e privilegiar os próprios interesses e valores (ROMANELLI, 1986).

Após a Revolução de 30, movimento armado que culminou no golpe de Estado, assumindo a Presidência Getúlio Vargas, foi criado, por pressão dos educadores da ABE, o Ministério da Educação e Saúde.

O governo, no entanto, ainda se mantinha alheio aos problemas do ensino, o que concorreu para que educadores elaborassem o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento que tratava das reformas educacionais no que diz respeito à instrução e a outros aspectos, como a escola única, laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação, descentralização, Universidade, formação docente e democracia.

No ano de 1945, aconteceu, no Brasil, após a derrocada da ditadura do Estado Novo (1937-1945), a eleição presidencial, sendo vencedor Eurico Gaspar Dutra, que então nomeou Clemente Mariani para o Ministério da Educação e Saúde. Mariani deu entrada no processo de elaboração da LDB, concluindo-o em 1961 (LEMME, 2005).

Romanelli (1986) aponta que, dos anos 1920 a 1964, o Brasil vivenciou uma série de revoluções e movimentos armados, que tinham como principal objetivo o rompimento político e econômico com a velha ordem social oligárquica e a implantação definitiva do sistema capitalista no Brasil. A autora acrescenta ainda que:

[...] através desses movimentos e, sobretudo, através da Revolução de 1930, o que se procurou foi um reajustamento constante dos setores novos da sociedade com o setor tradicional, do ponto de vista interno, e, destes dois com o setor internacional, do ponto de vista externo (ROMANELLI, 1986, p. 47).

Entrementes, o setor político se preocupava com a articulação de golpes para manter seus governantes no poder e, assim, defender seus interesses no setor econômico. Por exemplo, o País, apesar de ter sofrido com a crise das quedas de exportações cafeeiras, conseguiu se estabelecer, internamente, e progrediu do setor agrícola para o industrial, que necessitou de ampla mão de obra para compor as

indústrias. Nesse sentido, viram na educação a possibilidade de adquirir essa mão de obra barata, como evidencia a robusta tendência tecnicista ocorrente na educação, nos anos de 1970.

Promulgada a primeira LDB, Lei 4.024, de dezembro de 1961, inspirada nos princípios da liberdade e solidariedade humana, esta dispôs que a educação deveria ser concedida no lar e na escola, podendo ser transmitida por qualquer pessoa que tivesse um cargo maior na sociedade, como médicos, padres, dentre outros, sendo esse é um desdobramento importante a destacar, pois a profissão docente, mesmo amparada pela lei, não era tratada em sua especificidade, uma vez realizada sem considerar saberes didático-pedagógicos necessários ao magistério, bastando gozar de boa reputação para exercer o ofício docente.

A única preocupação era ensinar a instrução básica. Mencionada lei assegurou também entidades públicas e privadas, definindo, ainda, que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) seria o único órgão federal a designar atribuições à educação (OLIVEIRA, 2017).

A Lei de Diretrizes e Bases representou, a nosso ver, um passo adiante no sentido da unificação do sistema escolar e de sua descentralização; porém, [...] ela não pôde escapar às ingerências da luta ideológica e representou, sob aspectos assaz importantes, tais como o da autonomia do Estado, para exercer a função educadora e o da distribuição de recursos para a educação, uma vitória da mentalidade conservadora (ROMANELLI, 1986, p. 187).

Tempos depois, no governo de João Goulart, especificamente em março de 1964, militares se uniram e derrubaram o presidente do poder, culminando no golpe que manteve o País durante 20 anos sob um regime ditatorial, em que a sociedade brasileira viveu sob medo, tortura e despolitização.

Durante o regime militar, em 1971, foi alterada a LDB/1961, havendo a promulgação de outra, a Lei 5.692, de agosto de 1971. Na concepção de Assis e Medeiros Neta (2015), a LDB de 1971 foi criada em um dos piores momentos que o País vivia, tendo esta o objetivo de reformular o ensino secundário, para torná-lo de cunho profissionalizante, com a finalidade de preparar mão de obra barata para o trabalho nas fábricas. Importante é salientar que essa proposta educacional era

direcionada à classe trabalhadora, pois a elite continuava seus estudos com o objetivo de ingresso no ensino superior. Explicitou-se uma proposta de ensino dual, dotada de interesse de classe, político e econômico.

Somente 21 anos depois, já nos anos de 1980, os militares (1964-1985) deixaram o poder, e, no decurso dos anos de 1980, as bases do Estado Federativo Brasileiro foram se recuperando por meio da democratização (eleições diretas e descentralização fiscal). No final desse decênio, especificamente em 1988, surgiu a Constituição Cidadã, que ampliou e determinou direitos cidadãos, assegurando o aumento dos recursos destinados para a educação e demais setores da sociedade (SOUZA; FARIA, 2004). Sobre esse novo contexto, destaca-se que:

[...] as medidas de política educacional vão ser marcadas por uma espécie de neoconservadorismo. Diante do mote do “Estado mínimo” passa-se a considerar a chamada “decadência da escola pública” como resultado da incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso advoga-se, também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado (SAVIANI, 2018, p. 239).

Na realidade política, em 1989, ocorreram eleições diretas e em 1990 assumiu a Presidência Fernando Collor de Mello, que, no âmbito educacional, se deteve em gerenciar os preços das mensalidades das escolas privadas.

Ameaçado de *impeachment*, em 1992, renunciou ao mandato e foi substituído pelo vice-presidente Itamar Franco. No governo Franco, especificamente em 1993, foi lançado o Plano Decenal: Educação para Todos, sendo foco desse plano o ensino fundamental, uma vez que visava a erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental (SAVIANI, 2018).

Já no governo FHC (1995-2001), a promulgação da nova LDB, Lei 9.394, de dezembro de 1996, constituiu passo importante no âmbito da educação brasileira, uma vez que a tratou de modo bem mais abrangente, assegurando o acesso às camadas populares, determinando as obrigações de cada órgão público no tocante à educação, tratando da formação de professores, dentre outros aspectos.

A nova LDB (n.9.393/96) representou, para muitos brasileiros, a esperança de avanços significativos, assegurando, não somente, princípios, mas, também,

compromissos e deveres que contribuiriam para o acesso à educação das camadas marginalizadas e excluídas. Se, porém, de um de lado, foi vista como ponte para a luta e conquista de direitos, por outro, foi utilizada como meio de guarda e proteção de direitos privilegiados (SEVERINO, 2018). Para este autor:

A discussão, votação e promulgação da atual LDB se deu num momento específico da história político-econômica do Brasil, marcado por uma tendência, apresentada como inovadora e capaz de trazer a modernidade à educação do país. Assim, no contexto da globalização de todos os setores da vida social, as elites responsáveis pela gestão político-administrativa do país rearticulam suas alianças com parceiros estrangeiros, investindo na inserção do Brasil na ordem mundial desenhada pelo modelo neoliberal (SEVERINO, 2018, p. 61).

Ao longo da década de 1990, outros programas foram criados em alinhamento às propostas neoliberais para a área de educação brasileira e dos países periféricos, de modo geral, a exemplo do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCN) em 1997 e do Ensino Médio (PCNEM) em 1999 (SAVIANI, 2018).

Tendo em vista as determinações históricas, políticas, sociais e econômicas que marcaram a educação brasileira, mais especificamente até a década de 1990, podemos entender seus desdobramentos na direção da oferta de uma educação limitada quanto ao pleno desenvolvimento dos indivíduos e a reboque dos interesses da classe dominante, mas que encerra espaços de contradição onde se pode travar a luta pelo avanço da qualidade da formação, vinculado a um projeto societário emancipatório.

4 Considerações finais

Retomando ao objetivo deste trabalho, que foi o de tecer um diálogo sobre a educação brasileira no movimento da história, de forma a compreender e elucidar os principais caminhos vivenciados desde a chegada dos jesuítas às terras brasileiras até o final da década de 1990, e os desdobramentos desses eventos históricos para a sociedade brasileira, especificamente, para o campo da educação pública,

considera-se que a educação brasileira, no referido período, enfrentou diversos impasses na luta por direito à educação pública, gratuita e de qualidade, essenciais a toda a sociedade.

No âmbito dessas contribuições, consideramos positivas todas as lutas realizadas em prol da conquista e garantia de leis que asseguram e ampliem o acesso à educação escolarizada. Dentre os pontos negativos que marcam a educação, destacamos: o fato de a educação brasileira, desde muito tempo, não ser tratada como prioridade social, sendo ofertada, ainda, como meio para a busca de privilégios e fortalecimento do sistema capitalista.

Neste sentido, ante toda a trajetória experimentada pela educação brasileira, de continuidades e descontinuidades, e diante dos desdobramentos advindos desse processo, sobretudo à educação pública, ressaltamos a necessidade de esta ser tratada como prioridade social e atrelada a um projeto de sociedade para além das amarras do sistema sócio-econômico vigente.

Consideramos, ainda, imprescindíveis as lutas realizadas pelos que acreditam ser a educação uma mediação fundamental no processo de transformação da sociedade e emancipação humana. Por isso, concordamos com Sousa e Pereira (2020, p. 2) ao enfatizarem que “em meio ao contexto sócio-histórico em que vivemos e compreendendo a educação como um ato político, mais do que nunca precisamos sonhar e construir um caminho para a humanização [...]”.

Referências

ASSIS, S. M. de; MEDEIROS NETA, O. M. Educação profissional no Brasil (1960-2010): uma história entre avanços e recuos. **Revista Tópicos Educacionais**, Recife, v. 21, n. 2, p. 190-212, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/23171>. Acesso em: 01 jul. 2021.

FAUSTO, B.; FAUSTO, S. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996. 89p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

LEMME, P. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**.

Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, 2005. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=16954996233478212864&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 01 jul. 2021.

OLIVEIRA, P. V. P. de. Manifestos e Leis de Diretrizes e Bases: a construção de uma identidade político-educacional. **ANTHESIS**. Acre, v. 5, n. 9, p. 208-225, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/antthesis/article/view/1171>. Acesso em: 01 jul. 2021.

11

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. 267p.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2007. 474p.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9697>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SAVIANI, D. Política educacional no Brasil após a Ditadura Militar. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 291-304, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652795>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SAVIANI, D. *et al.* **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2017. 224p.

SEVERINO, A. J. Por uma aproximação filosófica da LDB/1996: a difícil construção da cidadania. In: Iria Brzezinski (Org.). **LDB 1996 vinte anos depois: projetos educacionais em disputa**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 47-69.

SOUZA, D. B. de; FARIA, L. C. M. de. Reforma do Estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós - LDB 9.394/96. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 925-944, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/6DcY5hJVYHYGQ4pHG6Cz3qQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jul. 2021.

SOUZA, A. C. B. de; PEREIRA, A. S. M. Paulo Freire, o andarilho da utopia: reflexões para a transformação social através da educação. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3755>. Acesso em: 03 jul. 2021.

ⁱ **Maria Luiza Barbosa Araújo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8654-4863>

E.E.F. Rita Barbosa Marques.

Professora de Ciências (E.E.F. Rita Barbosa Marques em Quixelô/CE). Pós-graduanda em Ensino de Biologia e Química (URCA). Licenciada em Ciências Biológicas (UECE/FECLI).

Contribuição de autoria: seleção de trabalhos, leitura, escrita, estruturação e formatação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3024520440183787>.

E-mail: marialuizabarbosa.ml@gmail.com

ⁱⁱ **Robério Rodrigues Feitosa**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6603-0566>

Universidade Federal do Ceará (UFC).

Mestrando em Ensino de Ciências e Matemática (PPGENCIMA/UFC). Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (UECE/FECLI). Especialista em Ensino de Biologia e Práticas Pedagógicas (Faculdade Única.; Licenciado em Ciências Biológicas (UECE/FECLI).

Contribuição de autoria: seleção de trabalhos, leitura, escrita, estruturação e formatação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7282912037862661>.

E-mail: roberio.feit@gmail.com

ⁱⁱⁱ **Maria Márcia Melo de Castro Martins**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8188-9694>

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (UECE/FECLI). Doutora e Mestre em Educação (PPGE/UECE). Mestre em Ensino de Ensino de Ciências e Matemática (PPGENCIMA/UFC). Licenciada e Bacharel em Ciências Biológicas (UFC).

Contribuição de autoria: seleção de trabalhos, leitura, escrita, estruturação e formatação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6674565451622122>.

E-mail: marcia.melo@uece.br

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

ARAUJO, Maria Luiza Barbosa; FEITOSA, Robério Rodrigues; MARTINS, Maria Márcia Melo de Castro. A educação brasileira no movimento da história: caminhos e desdobramentos. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 1-12, 2021.